

CLIPPING IMPRESSO

13/09/2021



INDICE

1. AÇÕES TJMA	
1.1. JORNAL O DEBATE.....	1
2. PRECATÓRIOS	
2.1. JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.....	2 - 4
3. PRESIDÊNCIA	
3.1. JORNAL O DEBATE.....	5
3.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	6

CONGRESSO

Precatórios são a bola da vez

Com a pacificação entre os Poderes bem encaminhada, governo vai priorizar a solução do impasse em relação às dívidas da União reconhecidas pela Justiça. CPI da Covid também retomará depoimentos no Senado após adiamento por causa de manifestações

» JORGE VASCONCELLOS

O governo deve conhecer com mais clareza, nesta semana, os efeitos políticos da divulgação da “Carta à Nação”, na qual o presidente Jair Bolsonaro recuou das ameaças que fez ao Supremo Tribunal Federal (STF) nos atos do feriado da Independência. Nos próximos dias, a maior prioridade da equipe econômica será a retomada do diálogo com a Corte para solucionar o impasse sobre o pagamento dos precatórios — dívidas da União reconhecidas pela Justiça e que preveem para 2022 uma despesa de R\$ 89 bilhões, o equivalente a 65% acima dos R\$ 54,7 bilhões deste ano.

Antes das manifestações, nas quais Bolsonaro disse que não cumpriria decisões do ministro Alexandre de Moraes, do STF, a equipe econômica vinha negociando com o presidente do Supremo, Luiz Fux, uma forma de cumprir as decisões judiciais sem comprometer o teto de gastos — emenda constitucional que limita o aumento das despesas da União à inflação do ano anterior. As discussões envolveram também os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Sem uma solução para os precatórios, chamados de “meteoro” pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o governo não terá como cumprir a meta de turbinar o

Bolsa Família, uma medida que poderia ajudar a conter a queda de popularidade de Bolsonaro, às vésperas de um ano eleitoral. Além disso, o impasse deixará o Executivo sem verbas para atender às emendas do relator do orçamento da União, que têm sido usadas para financiar obras e outros investimentos de parlamentares aliados nos respectivos redutos eleitorais.

Durante as negociações, Fux informou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do qual também é presidente, poderia atuar como mediador e editar uma resolução para regulamentar essa questão. O magistrado propôs, inclusive, uma solução para o impasse. Segundo ele, seria estabelecido um teto de gastos para pagamento de precatórios, correspondente ao valor pago por essas dívidas em 2016 — ano da promulgação da Emenda Constitucional do teto de gastos — com correção pela Selic. O que superasse esse valor em determinado ano seria encaminhado para o exercício fiscal seguinte.

Paulo Guedes aprovou a ideia de Fux, apresentada depois que o governo enviou ao Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) com previsão de parcelamento do pagamento dos precatórios. Segundo o ministro, a solução defendida pelo presidente do Supremo seria “mais efetiva, mais rápida e mais adequada juridicamente” do que a

PEC. Porém as conversas voltaram à estaca zero depois das agressões proferidas por Bolsonaro contra a Corte.

Agora, após a divulgação da “Carta à Nação”, cuja elaboração foi orientada pelo ex-presidente Michel Temer (MDB), o governo tem esperanças de que o diálogo com o Supremo seja retomado. Na última sexta-feira, ao falar para investidores estrangeiros em evento do Credit Suisse, Guedes afirmou que o recuo de Bolsonaro “colocou tudo de volta aos trilhos”. Disse também que, a partir de hoje, voltaria a tratar dos precatórios com Fux e os presidentes das duas Casas do Congresso.

Sócio oculto

As atenções do governo também estarão voltadas, nos próximos dias, à retomada dos depoimentos na CPI da Covid, que haviam sido interrompidos em razão das manifestações bolsonaristas da semana passada.

Para amanhã, está marcada a oitiva do advogado Marcos Tolentino da Silva. Ele é apontado por senadores independentes e de oposição como sócio oculto da FIB Bank, empresa que forneceu à Precisa Medicamentos uma garantia irregular de R\$ 80,7 milhões no negócio de compra da vacina indiana Covaxin pelo Ministério da Saúde. O contrato de aquisição do imunizante foi suspenso por suspeitas

de irregularidades.

Para a quarta-feira, está agendado o depoimento do advogado Marconny Nunes Ribeiro Albernaz, acusado de fazer lobby para empresas interessadas em vender para o governo federal. Com essa oitiva, a CPI pretende apurar o envolvimento do advogado em negociações para a venda da Covaxin e de testes de covid-19 para o Ministério da Saúde. Além disso, a comissão quer conhecer melhor a relação de Albernaz com a família do presidente Bolsonaro.

Internet

A Consultoria Legislativa do Senado deve concluir, nesta semana, uma avaliação sobre a constitucionalidade da medida provisória assinada por Bolsonaro para alterar o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e limitar a remoção de conteúdos abusivos publicados nas redes sociais. Segundo afirmou ontem o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o estudo da consultoria vai basear a decisão da Casa de devolver ou não a MP ao Planalto.

Aprovado em 2014, o Marco Civil da Internet estabelece direitos e deveres para os usuários das redes sociais no Brasil. O texto da MP cria regras para a moderação de conteúdos nesses espaços e determina que a exclusão, a suspensão ou o cancelamento de contas e perfis só poderá ser realizado com justa causa e motivação.



**R\$ 89
BILHÕES**

**Custo com o pagamento
de precatórios em
2022 previsto pelo
governo**

»» Fique por dentro

- »» O ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende retomar, nesta segunda-feira, as conversas com o STF, a Câmara e o Senado sobre pagamento de precatórios (dívidas da União reconhecidas pela Justiça);
- »» CPI da Covid deve tomar, nesta terça-feira, o depoimento do advogado Marcos Tolentino da Silva, acusado de envolvimento em irregularidades no contrato de compra da vacina indiana Covaxin pelo Ministério da Saúde;
- »» Na quarta-feira, a CPI deve ouvir o advogado Marconny Nunes Ribeiro Albernaz, apontado como lobista de empresas interessadas em vender para o governo federal;
- »» O Senado deve decidir, nesta semana, se devolverá ao Planalto a Medida Provisória nº 1.068/2021. Assinada por Bolsonaro, ela dificulta a remoção de conteúdos abusivos publicados nas redes sociais.

»» Tarifa social sancionada

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que torna obrigatória a atualização do cadastro dos beneficiários da Tarifa Social de Energia Social. A nova legislação, já aprovada pelo Congresso, visa simplificar a inscrição no programa para que potenciais beneficiários sejam incluídos automaticamente. Segundo a Secretaria-Geral da Presidência da República, a medida se justifica porque os potenciais beneficiários não estariam sendo informados de forma adequada de seu direito ou não estariam sendo capazes de apresentar toda a documentação exigida para comprovação, sendo excluídos do benefício.

Ed Alves/CB/D.A Press



Sem resolver os precatórios, Paulo Guedes avalia que não terá como turbinar o Bolsa Família em 2022, um dos trunfos eleitorais de Bolsonaro

Em Foco

Rede do bem promove atividades em escola da Vila Embratel

Em alusão ao Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio (10 de setembro) e como parte da programação do Setembro Amarelo, a Rede do Bem promoveu, na manhã desta sexta-feira, 10, uma série de atividades na escola comunitária Fonte do Saber, localizada na Vila Embratel. A escola, inaugurada em 2021, possui 112 alunos, na faixa etária de 4 a 11 anos.

Coordenada pelo Ministério Público do Maranhão, a Rede do Bem é formada por instituições e órgãos integrantes do Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (Fepas-MA).

No local, foram promovidas palestras sobre nutrição saudável, higiene bucal e corporal, espiritualidade e comportamento, além de leitura, oficina de reciclagem de brinquedos, contação de histórias e outras atividades lúdicas, incluindo brincadeiras e atividade física. Houve, ainda, distribuição de brindes e lanches. Na mesma manhã, o Tribunal de Justiça do Maranhão doou 13 computadores à escola.

Proferida pela terapeuta ocupacional Camila Arraes, do Instituto Ruy Palhano, a palestra "O papel da família e da escola na educação das crianças", direcionada aos pais, encerrou a programação.

PREVENÇÃO

"Em parceria com várias instituições e entidades públicas e privadas estamos promovendo atividades de prevenção à automutilação e ao suicídio direcionadas ao público infantojuvenil, porque infelizmente ocorrem episódios dessa natureza nessa faixa etária", comentou a promotora de justiça Cristiane Maia Lago, coordenadora da Rede do Bem e do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do Ministério Público do Maranhão (CAOp-DH).

DPE/MA e MPMA buscam contribuir com o desenvolvimento das cidades maranhenses com a realização do I Encontro com gestores municipais

Será realizado nesta segunda-feira, 13, às 16h, o I Encontro do Sistema de Justiça e Gestores Municipais, fruto de iniciativa conjunta entre a Defensoria Pública do Estado e o Ministério Público, por meio de suas Escolas Superiores. Com a presença confirmada de vários prefeitos, o evento contará com a participação do vice-governador Carlos Brandão.

Em razão das medidas de controle da Covid-19, o evento acontecerá no formato híbrido, presencialmente no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, no Calhau, e também com transmissão pelo Canal

do Youtube da ESMP.

À frente dos debates estarão o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos, e a diretora da Escola Superior da DPE/MA, a defensora pública Cristiane Marques, bem como o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, e a coordenadora da Escola Superior do MPMA, a promotora Karla Farias Vieira. Também foi confirmada no encontro a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Lourival Serejo.

Segundo Cristiane Marques, a intenção do encontro é estreitar o relacionamento

com os gestores municipais. “Queremos pensar juntos como a Defensoria e o Ministério Público podem colaborar para uma gestão municipal de qualidade”, ressaltou.

Conforme a programação, depois da mesa de abertura, o tema sobre regularização fundiária será abordado pelo subdefensor-geral Gabriel Furtado e o desembargador Paulo Velten, corregedor-geral da Justiça. Em seguida, às 17h, será a vez de tratar de outro assunto de muito interesse para as Prefeituras, que é resíduos sólidos, com a palestra do promotor Luís Fernando Cabral Barreto Ju-

nior. Por fim, marcado para as 17h40, ocorrerá a mesa de debates.

Ainda de acordo com Cristiane Marques, a escolha dos temas a serem debatidos neste primeiro encontro levou em consideração não só o interesse dos gestores, mas também a repercussão social. “A Defensoria e o MPMA como instituições que tratam de temas como regularização fundiária e tratamento de resíduos sólidos, podem auxiliar os gestores, fornecendo diretrizes de como desenvolver essas iniciativas em suas cidades”, frisou Cristiane Marques.

MUNICÍPIOS & NEGÓCIOS

GESTORES MUNICIPAIS REUNIDOS COM A JUSTIÇA

Se realizaza nesta segunda-feira, 13, às 16h, o I Encontro do Sistema de Justiça e Gestores Municipais, fruto de iniciativa conjunta entre a Defensoria Pública do Estado e o Ministério Público, por meio de suas Escolas Superiores. Com a presença confirmada de vários prefeitos, o evento contará com a participação do vice-governador Carlos Brandão. Em razão das medidas de controle da Covid-19, o evento acontecerá no formato híbrido, presencialmente no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, no Calhau, e também com transmissão pelo Canal do Youtube da ESMP.

À frente dos debates estarão o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos, e a diretora da Escola Superior da DPE/MA, a defensora pública Cristiane Marques, bem como o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, e a coordenadora da Escola Superior do MPMA, a promotora Karla Farias Vieira. Também foi confirmada no encontro a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Lourival Serejo.